

Clipping resumo diário

11 de Janeiro de 2016









www.tce.se.gov.br/radiowebtce



ascom@tce.se.gov.br



DICOM - Diretoria de Comunicação e Mídias





Veículo: Jornal da Cidade

Data:09/01/16

Seção: Politica

Pagina:A3

TCE

Novo presidente corta gastos e adota inovações

Como não há sessões e a maioria dos servidores encontra-se em férias coletivas, o mês de janeiro costuma ser escasso de novidades no Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE). Na verdade, costumava. Este ano, apesar dos poucos dias de atividades, a Corte tem surpreendido a sociedade e ganhado espaço nos noticiários com uma série de medidas impactantes.

A explicação está no início da gestão do conselheiro Clóvis Barbosa de Melo, que assumiu a Presidência do TCE no dia 04 de janeiro e logo de cara implementou ou anunciou a adoção de ações há até pouco tempo inimagináveis no âmbito do órgão, sobretudo no que diz respeito aos servidores comissionados, já que os vinculados à presidência foram exonerados, enquanto todos os remanescentes terão sua carga horária ampliada de 30h para 40h semanais, com a jornada de trabalho passando a ser monitorada através do uso de ponto eletrônico.

Já no primeiro dia de trabalho, o novo presidente surpreendeu ao extinguir comissões técnicas que representavam um custo significativo no orçamento do órgão, além de exonerar os cargos comissionados com lotação no Gabinete da Presidência, de modo que apenas casos pontuais serão reavaliados. "Todos sabemos que o País vivencia uma situação econômica delicada e isso se reflete também nos órgãos públicos, que devem estar sensíveis a essa conjuntura e buscar se adequar, principalmente otimizando a utilização dos recursos disponíveis", justifica o conselheiro.

MAIS CONCURSADOS

A perspectiva agora é de que a economia proporcionada permita a convocação imediata de um quantitativo maior de candidatos aprovados no concurso realizado pelo órgão em 2011, cuja validade se encerra ao final deste mês de janeiro. "Infelizmente temos uma carência muito grande no nosso quadro de servidores, notadamente para a atividade fim, que está na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, seja por meio de auditorias, inspeções ou quaisquer outros mecanismos", avalia o conselheiro, que pretende convocar um número expressivo de servidores para atuar nas Coordenadorias de Controle e Inspeção (CCIs).

MAIS PRODUTIVIDADE

É o que espera o conselheiro com a ampliação da carga horária dos servidores comissionados (CCs) e em funções de confiança. A atual é de seis horas por dia - em geral, das 7h às 13h. "Com 40 horas semanais e mais tempo de serviço, teremos maior produtividade e, naturalmente, haverá a otimização do trabalho dos colaboradores. Assim o Tribunal será mais efetivo em sua atuação", afirma o conselheiro.

Carga horária que deverá ser controlada pelo ponto eletrônico, outra novidade anunciada por Clóvis na última semana. "Não faz sentido até mesmo os servidores efetivos recém admitidos após aprovação no concurso público baterem ponto e os comissionados não. Queremos ter esse controle do número de horas trabalhadas com mais facilidade, inclusive quanto à regularidade da presença dos servidores", observa o presidente do TCE.

OMBUDSMAN

Segundo Clóvis, entre os servidores efetivos do Tribunal ainda será escolhido um Ombudsman, que deverá apresentar um relatório crítico mensal apontando possíveis erros e irregularidades cometidas pela gestão da Corte. "Até pela estabilidade funcional prevista em lei, este servidor gozará de imunidade de opinião e ficará responsável por fiscalizar a atuação da administração da Corte, tornandose, assim, os olhos e ouvidos da sociedade", conclui.

REPERCUSSÃO

Ouvido pelo JC, o presidente da Associação dos Auditores de Controle Externo do TCE/SE, afiliada da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC), Jailton Moura da Silva, entidade que representa os Analistas de Controle Externo II - Área de Auditoria Governamental -, afirmou que as medidas adotadas pela atual gestão estão sintonizadas com o perfil de administração pública proba, moderna, eficiente, transparente, que prioriza a meritocracia e, sobretudo, compromissada com a missão constitucional outorgada aos Tribunais de Contas.

"A atividade fim do Tribunal de Contas é auditar as contas públicas, é aferir a legitimidade das despesas públicas, de modo que a sociedade sergipana, real destinatária do trabalho desempenhado pela Corte de Contas, possa sentir os efeitos das auditorias, por meio da prestação de serviços públicos de qualidade, por meio do pagamento em dia do servidor público. O órgão controlador precisa ser parâmetro de conduta, até porque a sociedade não tolera mais a ultrapassada ideia do 'faça o que eu digo, mas não faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço", declarou o presidente da AUD-TCE/SE.





Veículo: Jornal da Cidade

Data:10/01/16

Seção : Opinião

Pagina:A

As duas Câmaras do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SE) terão novas formações no biênio 2016/17. Cada Câmara é composta por três conselheiros, com as sessões da Primeira Câmara ocorrendo semanalmente às terças, e as da Segunda Câmara às quartas-feiras. As reuniões serão retomadas no próximo mês de fevereiro, ao término do período de férias.

TCE 2

A Primeira Câmara será presidida pela conselheira Susana Azevedo, vice-presidente do Tribunal, tendo ainda como membros os conselheiros Carlos Alberto Sobral e Ulices Andrade. Já a Segunda Câmara do TCE tem agora como presidente o conselheiro Luiz Augusto Ribeiro, corregedor-geral da Corte, que terá ao seu lado na composição os conselheiros Carlos Pinna e Angélica Guimarães.





Veículo: Jornal da Cidade

Data:09/01/16

Seção: Opinião

Pagina:A

TRANSIÇÃO
Pessoas próximas ao ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Carlos
Pinna, dizem que todos os diretores receberam a determinação de permanecer
trabalhando durante o período do recesso, quando seria feita a transição. Mas, segundo
a fonte que conversou com a coluna, a equipe do novo presidente só apareceu após o
período do recesso. Por isso não teria existido o processo de transição.





Data:09/01/16

Seção: Politica

Pagina:05

Despedida

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE) se despediu ontem do desembargador Cezário Siqueira Neto que completou o seu biênio como presidente do órgão. Certamente ele será lembrado por ter sido o comandante do maior julgamento de parlamentares na história de Sergipe: o caso das subvenções sociais da Assembleia Legislativa. Neste, sete deputados estaduais tiveram mandatos cassados, além de dois federais. Outros tantos receberam multas milionárias e penas de inegebilidade. No entanto, as polêmicas ab-solvições das ex-deputadas Angélica Guimarães e Susana Azevedo, no mes-mo julgamento, além do ex-deputado Zé Franco, também entrarão na lista de fatos que marcaram a gestão de Cezário.





Data:10 e 11/01/16

Seção : Opinião

Pagina:04

Tentativa vã

* Adir Machado Bandeira

os últimos dias começaram a apare cer nas redes sociais, blogs e portais uma série de informações distorcidas acerca dos primeiros atos de gestão do Conselheiro Clóvis Barbosa, que está apenas no seu quinto dia útil à frente da Corte de Contas. A última dessas maldosas e inverídicas publicações está encoberta com uma capa de "exigência de igualdade". Explico. Um internauta publica em um site que concorda com a exigência do Presidente do Tribunal de Contas quanto ao registro de ponto de todos os servidores, inclusive dos comissionados, bem como em relação à jornada de oito horas diárias, desde que tal cobrança incida também sobre os Diretores e servidores ligados ao Conselheiro Clóvis Barbosa. É na condição sugerida que mora a falsidade. Ela é muito mais uma acusação que uma reclamação por justiça e isonomia. Usou-se de um recurso retórico para encobrir a denúncia (falsa) de que há privilégios para os subordinados do Presidente. Tranquilizo a sociedade e ao internauta. As normas que es-

tão sendo implantadas são genéricas e abstratas, não há exceções que não se justifiquem no interesse público.

Para justificar o pleito, essas notícias maldosas que ora circulam nos meios de comunicação apresentam a informação que "os servidores ligados ao Dr. Clóvis sempre tiveram uma regalia a mais no mês de dezembro que era uns 10 dias de folga antes do recesso geral do Tribunal". Quem implantou essa "regalia" fui eu, quando coordenei a 5º Coordenadoria de Controle e Inspeção, com o apoio e autorização do Conselheiro Clóvis Barbosa e do então Presidente Reinaldo Moura. Mas em que consistia essa suposta regalia? Na concessão de um bônus (folgas) aos servidores efetivos que cumprissem as metas estabelecidas pela Coordenadoria, constantes do planejamento anual, aprovado coletivamente no início de cada ano. Essa iniciativa foi discutida e até incentivada pela Casa quando de suas reuniões estratégicas realizadas por conta de um programa institucional chamado PROMOEX. Reconheço e agradeço o apolo que tive de todos os Conselheiros que dirigiram o Tribunal nos últi-





Data:10 e 11/01/16

Seção: Opinião

Pagina:04

mos seis anos para criativamente incentivar a produção de minha equipe, sem que isso impactasse no orçamento da Instituição.

Por fim, noticia-se que os comissionados ligados ao atual Presidente da Corte nunca chegam antes das oito horas, quando o expediente da Casa começa às sete horas. Enfim, querem passar a ideia de que os comissionados ligados ao Cons. Clóvis Barbosa não cumprem integralmente a jornada de trabalho. Quero dizer aqui claramente que a notícia é verdadeira, mas a inferência que dela se faz é falsa. De fato, na 5º CCI boa parte dos comissionados era por mim liberada para chegar após as sete horas. Quem seriam esses privilegiados? Justamente aqueles que não tinham horários para sair, para almoçar etc. Para eles o fim do expediente coincidia com a finalização do trabalho que estava programado para o dia. Quem mais conhece esse grupo de servidores são os componentes da estrutura militar da Casa, pois boa parte da nossa jornada terminou à noite. Para implantar esse modelo de gestão por resultados, mais flexível, porém não menos comprometido, mais uma vez contei com

o apoio do meu chefe, o Cons. Clóvis Barbosa, que satisfeito com o produto recebido me nomeou Diretor de Controle Externo.

No momento, onde estão esses "privilegiados" e cheios de "regalias"? Lotados na Diretoria de Controle Externo. No que isso importa? Importa em dizer que talvez o "denunciante" vá ficar por mais tempo insatisfeito. É que os tais apaniguados comporão um núcleo de inteligência que pode até não chegar no Tribunal as sete para trabalhar, mas talvez apareça no seu local de trabalho no feriado, durante o seu plantão, à noite, para fazer levantamentos e auditorias. Será que o exemplo acima justifica a exceção? Deixo a pergunta. Mas uma conclusão toda a sociedade já tem. Essas manifestações que ora contrario não são com o objetivo de colaborar com um controle externo mais eficiente. Representam o contrário. A tentativa de desestimular e de fazer o Presidente Clóvis Barbosa recuar. Quem pôde vê-lo na Presidência da OAB sabe que a tentativa é vã.

* Adir Machado Bandeira é diretor de Controle Externo do TCE/SE





Data:10 e 11/01/16

Seção : Politica

Pagina:05

Controle externo do TCE

Não resta a menor dúvida que o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe vive um momento histórico. A chegada do advogado e conselheiro Clóvis Barbosa a presidência daquela Corte tem tudo para mudar aquele epiteto que a sociedade cunhou de "tribunal de faz de contas". O discurso de Clóvis é corretíssimo quando combate uma série de comportamentos aculturados durante 45 anos de história daquela Casa. É preciso mudar muita coisa ali.

Conheço Clóvis Barbosa desde a época em que ele foi presidente da OAB-SE, no final da década de 1980. Fui testemunha da sua corajosa ação quando combateu o esquadrão da morte instalada na antessala da Secretaria de Segurança Pública do Estado, quando mais de cem crianças foram assassinadas num espaço de dois anos. Na época, eu era o editor do Jornal de Sergipe e tive a oportunidade de publicar uma série de matérias sobre o assunto e as tentativas do aparelho

policial do estado em querer desmoralizá-lo. Clóvis foi ameaçado de morte, tendo, inclusive, recebido um tiro de escopeta desferido contra a sua residência. O mesmo fato ocorreu com o advogado Carlos Alberto Menezes, que também tinha sido presidente da OAB.

Clóvis foi um pouco a consciência das pessoas que fazem da luta pela civilidade a razão de suas vidas. O seu lado quixotesco é o que mais fascina as pessoas que vivem ao seu redor. Ouando foi procurador-geral da UFS, saiu do cargo (gestão do reitor prof. Hermínio) no meio de uma saraivada de faixas que diziam "fora o satânico Dr. Não". Defendeu com unhas e dentes os recursos públicos da Universidade num momento em que grupelhos de estudantes, professores e servidores se uniam para garantir privilégios.

Nessa onda de medidas administrativas que ele vai tentar instalar no TCE, talvez, a sua mais significativa atuação será no campo institucional, fora do campo loçal. O sistema tribunais de contas (TCU, TCEs e TCMs) é o único que não possui o seu controle externo. O Poder Judiciá-

rio e o Ministério Público são rigorosamente controlados pelo Conselho Nacional de Juscipa (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e, digase de passagem, melhoraram bastante as suas atuações depois de serem subordinados a esses órgãos de nível superior.

Clóvis está disposto a comprar a briga pela criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, fazendo com que os projetos de emenda constitucional (inclusive um do Eduardo senador Amorim) sejam apreciados num breve espaco de tempo. Ele defende até, enquanto não for criado o CNTC, que seja o sistema tribunais de contas subordinado ao CNJ. Ou seja, as reformas que ele pretende hoje, deveriam ser aceitas pelos seus pares, sob pena de serem impostas de cima para baixo. Na semana passada ele foi a Salvador e hoje está indo ao Ceará nessa sua peregrinação para criação do Conselho Nacional de Tribunais de Contas.





Data:10 e 11/01/16

Seção: Politica

Pagina:06

Luciano: "A Assembleia econômizou muito em 2015"

Im um ano marcado pela desconfiança da po pulação e da Justiça, criada pelos processos relativos ao escândalo das Subvenções no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), a Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese) buscou mudar a imagem e resgatar a credibilidade dos eleitores. Uma das medidas neste sentido foi um plano de redução de despesas, cujos resultados ainda serão apresentados. No entanto, o presidente da Casa, deputado Luciano Bispo, garante que houve devolução de recursos e também diminuição dos repasses do Executivo ao Legislativo - sobretudo por causa da queda na arrecadação.

Nesta entrevista ao JORNAL DO DÍA, Bispo também negou que tenha havido desvios das verbas de subvenção e se diz confiante na absolvição de todos os 24 parlamentares da legislatura passada, cujos processos foram julgados no mês passado, com nove condenações. O presidente também considerou que houve



pré-julgamento da opinião pública e defendeu a criação das emendas impositivas, como forma de substituir as subvenções usadas pela Alese para ajudar a entidades comunitárias e assistenciais.

Leia a íntegra da entrevista:





Veículo: Correio de Sergipe

Data:09 a 11/01/16

Seção: vida restrospectiva

Pagina:11



O ano de 2015 foi de muita tristeza para a família de Tertuliano Azevedo (40), ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e ex-deputado federal, que deixou do alto de seus 83 anos o nosso convivio. Vitima de insuficiência renal, Tertuliano marcou sua carreira com a participação da redemocratização do Brasil e na elaboração da Constituição de 88, além de ter trabalhado pelo desenvolvimento de Sergipe. Orgulho de seus familiares como sua filha Suzana Azevedo (40)!





Veículo: Correio de Sergipe

Data:09 a 11/01/16

Seção: vida restrospectiva

Pagina:35



Em 2015 o paraense Hudson Mauad (132) foi agraciado com o título de Cidadão Sergipano. A honraria concedida pela Assembleia Legislativa de Sergipe foi entregue em sessão solene, por indicação da exdeputada Susana Azevedo (132) seguida de coquetel super prestigiado.





Veículo: Correio de Sergipe

Data:09 a 11/01/16

Seção: vida restrospectiva

Pagina:43





Em sessão ordinária do Pieno ocorrida em 2015, o colegiado do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, elegeu, por unanimidade, sua nova Mesa Diretora. No biénio 2016/17, a Corte de Contas terá como presidente o conselheiro Clóvis Barbosa de Melo (162), enquanto a conselheira Susana Azevedo (162) e o conselheiro Luiz Augusto Ribeiro (162) ocuparão os cargos de vice-presidente e corregedor-geral, respectivamente. A votação seguiu os critérios de antiguidade e rodizio, conforme tradicionalmente ocorre no TCE. A posse também aconteceu em dezembro de 2015. Por indicação do presidente celeito, também ficou definido no Pleno que o conselheiro Carlos Pinna será o próximo ouvidor-geral do TCE, enquanto o conselheiro Carlos Alberto Sobral irá dirigir a Escola de Contas Conselheiro José Amado Nascimento (Ecojan).

O conselheiro do TCE/SE, Cartos Pinna (163) se tornou em 2015, o mais novo imortal da Academia Sergipana de Letras. O amigo foi eleito por unanimidade e a posse foi das mais prestigiadas. No registro, Pinna ao lado de sua amada Raquel (163)!





Veículo: INFONET

Data: 08/01/2016 - 08:44

http://www.infonet.com.br/adiberto/ler.asp?id=18 1541&pagina=1

Controle externo

A depender de Clóvis Barbosa, presidente do Tribunal de Contas de Sergipe, o Congresso aprova, o quanto antes, a PEC criando o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas. Ele já pediu a interferência do senador Eduardo Amorim (PSC) para agilizar a aprovação da referida PEC, que dorme no Congresso há 27 anos. Para Clóvis, não sendo possível aprovar o tal Projeto, os Tribunais de Contas - únicos sem um órgão superior de controle -, devem ser subordinados ao Conselho Nacional de Justiça. Tá certo!





Veículo: NENOTICIAS

Data:

Atualizado

08/01/2016 12:03

http://www.nenoticias.com.br/94238_veja-a-novacomposicao-das-camaras-do-tce.html

Veja a nova composição das Câmaras do TCE

por TCE/SE, ascom

As duas Câmaras do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SE) terão novas formações no biênio 2016/17. Assim como ocorre a cada dois anos, as composições foram alteradas mediante sorteio ocorrido em sessão do Pleno, cujo resultado consta no Ato Delibetarivo Nº. 876, do dia 03 de dezembro de 2015.

Cada Câmara é composta por três conselheiros, com as sessões da Primeira Câmara ocorrendo semanalmente às terças e as da Segunda Câmara às quartas-feiras. As reuniões serão retomadas no próximo mês de fevereiro, ao término do período de férias coletivas no Tribunal.

Nos próximos dois anos a Primeira Câmara será presidida pela conselheira Susana Azevedo, vice-presidente do Tribunal, tendo ainda como membros os conselheiros Carlos Alberto Sobral e Ulices Andrade.

Já a Segunda Câmara do TCE tem agora como presidente o conselheiro Luiz Augusto Ribeiro, corregedor-geral da Corte, que terá ao seu lado na composição os conselheiros Carlos Pinna e Angélica Guimarães.

Entre as competências das Câmaras está o julgamento de relatórios de inspeção, contratos, convênios, auxílio e subvenções, aditivos e respectivas prestações de contas; recursos de reconsideração e embargos de declaração apresentados contra suas próprias deliberações.

Também cabe às Câmaras apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal da administração direta e indireta.